

Amazonia Solar Securitizadora de Créditos Financeiros

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório da administração sobre as demonstrações contábeis	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	6
Demonstrações contábeis	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	16

AMAZÔNIA SOLAR COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS
Relatório da Administração

São Paulo, XX de fevereiro de 2023

Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a administração da **AMAZÔNIA SOLAR COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS**, tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as informações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

AMAZÔNIA SOLAR COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS
São Paulo, ___ de fevereiro de 2023

Dados Gerais da Emissão

Apresentamos, os dados da 1ª emissão emitida(s) em 2 (duas) séries do tipo debentures simples não conversíveis, em 18 de fevereiro de 2022, o qual foram emitidas 60.000 (sessenta mil debêntures), dos quais 57.000 (cinquenta e sete mil quantidades) correspondem a série sênior, e 3.000 a séries subordinadas, pelo valor unitário de R\$1.000, totalizando o valor da emissão em R\$60.000 (sessenta milhões de reais), com data da primeira integralização em 07 de abril de 2022, tais debêntures possuem data de vencimento em 18 de fevereiro de 2025.

Dados Gerais das Séries

A seguir, demonstraremos os dados gerais das séries em relação as debêntures da 1ª emissão, simples não conversíveis, e suas especificações:

1ª Emissão	Sênior	Subordinada
Código IF	AMSC11	AMSC21
Taxa de remuneração a.a	IPCA+7,22%	IPCA+7,22%
Quantidade em circulação	15.675	825

Dados Gerais na Data-Base:

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo total das debentures é apresentado da seguinte maneira:

1ºEmissão	Preço Unitário (PU)	Quantidade	Saldo devedor
Sênior	R\$1,07983	15.675	R\$ 16.926
Subordinada	R\$1,07983	825	R\$ 891

Performance da Carteira de Créditos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a carteira de créditos oriunda de operações de créditos financeiros, lastro da operação é composta da seguinte maneira:

Carteira em 31 de dezembro de 2022	1ºEmissão
Valor Presente Bruto	R\$16.016
Provisão para Devedores Duvidosos	R\$2
Valor Presente Líquido	R\$16.014
Taxa Juros Média CCBs em aberto (a.m.)	1,93%
PDD %	12%
Total originado	R\$23.020
Total recebido até 31 de dezembro de 2022	R\$202

Aquisição de direitos creditórios:

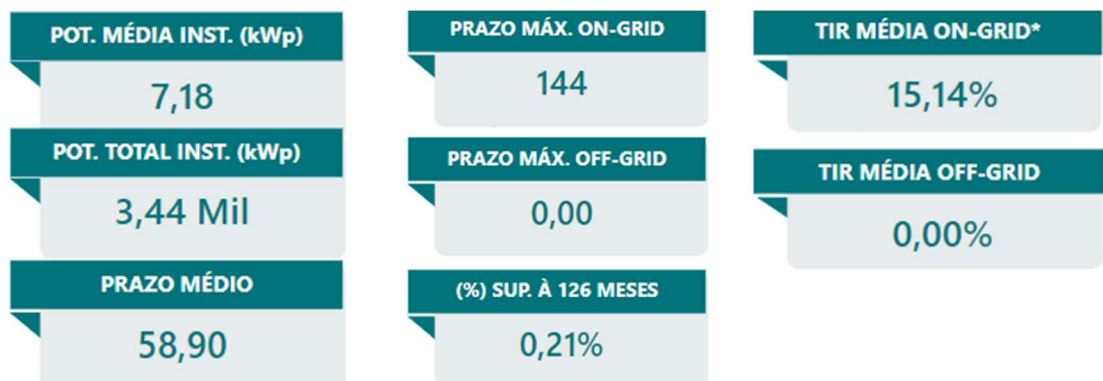
Até a data-base de 31 de dezembro de 2022 a AMAZÔNIA SOLAR COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS efetuou a aquisição de R\$23.020 (vinte e três milhões e vinte mil reais) de direitos creditórios, tais recursos são originados de integralizações ocorridas no mesmo exercício, desta maneira, vale ressaltar que a aquisição se dará durante o processo de investimento "período de investimento".

Provisão para Devedores:

Para as provisões de créditos de devedores duvidosos, a AMAZÔNIA SOLAR COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS registrou uma provisão para devedores duvidosos no montante acumulado de R\$2 (dois mil reais) até o exercício findo qual seja em 31 de dezembro de 2022. Vale ressaltar que a Companhia está empenhada em trabalhar juntamente com o agente de cobrança para recuperar esses créditos, embora seja importante destacar que os créditos securitizados não possuem garantias por bens reais.

Monitoramento da carteira:

Em 31 de dezembro de 2022, demonstraremos a seguir o monitoramento das operações da carteira de:



Despesas por prestadores de serviços:

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo com despesas dos prestadores de serviços apresenta da seguinte forma:



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos acionistas e administradores da
Amazonia Solar Securitizadora de Créditos Financeiros

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Amazonia Solar Securitizadora de Créditos Financeiros (“Companhia”) em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Amazonia Solar Securitizadora de Créditos Financeiros em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Saldo comparativo das demonstrações contábeis

Conforme apresentado na nota explicativa nº 1, sobre o contexto operacional da companhia, observamos que a constituição ocorreu em 12 de agosto de 2021, entretanto, suas operações iniciaram em 18 de fevereiro de 2022, por esse motivo não há saldos comparativos a serem apresentados. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ocorrência, valorização, existência e exatidão dos recebíveis que servem de lastro para as transações de créditos financeiros

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a principal atividade da Companhia é a aquisição e a securitização de créditos financeiros. No âmbito de sua atividade, conduz a estruturação, emissão e a colocação das operações de securitização. Além disso, é a responsável pelo gerenciamento destes recebíveis, bem como os respectivos pagamentos aos investidores. Devido a relevância desta transação para a Companhia, e o gerenciamento do reconhecimento, mensuração e adequação das operações divulgadas como informações complementares, consideramos este assunto relevante para a nossa auditoria.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista ser a principal atividade da companhia, além de ser uma área crítica e de risco, tratar-se de rubrica de significativo impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, sendo os procedimentos de auditoria de maior complexidade, dado ao tempo envolvido na análise das operações, leitura de contratos, entre outros aspectos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, foram mas não se limitaram: (i) conciliação contábil da carteira em sua totalidade; (ii) recálculo do valor presente do recebível com base nas taxas de juros e demais condições pactuadas contratualmente em sua totalidade (iii) validação da existência por meio da verificação do contrato por amostragem; (iv) testes documentais para os recebimentos financeiros do direito creditório por amostragem; (v) recálculo da provisão para perdas esperadas dos direitos creditórios conforme política estabelecida pela Companhia (vi) análise da aderência das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento dos ativos e o resultado obtido no exercício foram adequados no contexto das demonstrações contábeis da Companhia.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o

Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos

chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Thiago Benazzi Arteiro
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

Amazonia Solar Securitizadora de Créditos Financeiros

Balanços patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

ATIVO	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.208	-
Empréstimos e recebíveis	4	4.174	-
Adiantamento a fornecedores		44	-
Total do ativo circulante		5.426	-
Ativo não circulante			
Empréstimos e recebíveis	4	11.840	-
Total do ativo não circulante		11.840	-
Total do ativo		17.266	-
Passivo circulante			
Contas a pagar	5	41	4
Obrigações fiscais		11	1
Debêntures	6	2.281	-
Outras obrigações		1	-
Total do passivo circulante		2.334	5
Passivo não circulante			
Debêntures	6	15.536	-
Prêmios a pagar/ (Despesas a compensar)	6	(604)	-
Total do passivo		14.932	-
Patrimônio líquido			
Capital social	7	5	-
Prejuízos acumulados	7	(5)	(5)
Total do patrimônio líquido		-	(5)
Total do passivo e patrimônio líquido		17.266	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Amazonia Solar Securitizadora de Créditos Financeiros

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período findo de 12 de agosto de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	8	(625)	(5)
Provisão para perda de crédito esperada	8	(2)	-
Provisão para perda da carteira	8	818	-
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		191	(5)
Resultado financeiro	9	23	-
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		214	(5)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício/período		214	(5)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Amazonia Solar Securitizadora de Créditos Financeiros

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período findo de 12 de agosto de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado líquido do exercício/período		<u>214</u>	<u>(5)</u>
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício/período		<u>214</u>	<u>(5)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Amazonia Solar Securitizadora de Créditos Financeiros

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período findo de 12 de agosto de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021.

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Capital a Integralizar	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 26 de janeiro de 2021					-
Resultado do período		-	-	(5)	(5)
Saldos em 31 dezembro de 2021		-	-	(5)	(5)
Integralização de capital		5	-	-	5
Resultado do exercício		-	-	214	214
Saldos em 31 de dezembro de 2022		5	-	209	214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Amazonia Solar Securitizadora de Créditos Financeiros

Demonstração dos fluxos de caixa por método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período findo de 12 de agosto de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021.

(Valores expressos milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		-	-
Resultado líquido do exercício/período		214	(5)
Ajustes por:			
Provisão de remuneração dos debenturistas	7	(604)	-
Rendimento sobre a carteira de créditos	4	(576)	-
Outros ajustes da carteira de créditos		515	-
Provisão para redução a valor recuperável	4	2	-
Juros sobre as debêntures	7	631	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Empréstimos e recebíveis		(15.955)	-
Adiantamento a fornecedores		(44)	-
(Redução) aumento nos passivos operacionais			
Contas a pagar		37	4
Obrigações fiscais		10	1
Outros ativos e passivos operacionais		1	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(15.769)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital		5	-
Emissão de debêntures	7	17.186	-
Pagamento de debêntures	7	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		17.191	-
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		1.422	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/período		1.208	-
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		1.208	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Amazonia Solar Securitizadora de Créditos Financeiros

Demonstração do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período findo de 12 de agosto de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021.

(Valores expressos milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(602)	(5)
		(602)	(5)
Valor adicionado (consumido) bruto		(602)	(5)
Valor adicionado (consumido) líquido		(602)	(5)
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras (despesas financeiras), incluindo variação cambial líquida		679	-
Provisão para perda de crédito esperada		(2)	-
Provisão para perda da carteira		818	-
		1.495	-
Valor adicionado (consumido) a distribuir		<u>893</u>	<u>(5)</u>
Distribuição do valor adicionado			
Despesas financeiras		869	-
Impostos, taxas e contribuições		24	-
Prejuízo do exercício		-	(5)
Valor consumido distribuído		<u>893</u>	<u>(5)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Amazonia Solar Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Amazonia Solar Securitizadora de Créditos Financeiros (“Companhia”) foi constituída no dia 12 de agosto de 2021 como uma sociedade limitada e alterou seu tipo empresarial para sociedade anônima (S.A.) posteriormente através de assembleia geral de seus acionistas.

1.1 Data de Início das Emissões

No dia 18 de fevereiro de 2022, a Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples realizadas em 2 (duas) séries. Detalhamentos da emissão estão descritos na nota 6. Debêntures.

1.2 Sumário das Operações

A Companhia tem por objeto social a aquisição e securitização de créditos financeiros oriundos de operações ativas praticadas por instituições financeiras e pelas demais entidades pertencentes ao seu conglomerado financeiro, desde que enquadradas nos termos do artigo 1º da Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000 (“Resolução 2.686”); a emissão e a colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e a realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando exclusivamente à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

1.3 Derivativos e Riscos Envolvidos

A emissão não conta com a contratação de instrumentos financeiros derivativos no exercício, motivo pelo qual não foram identificados riscos relacionados à contratação desses instrumentos na estrutura da emissão.

1.4 Mecanismos de retenção de risco utilizados na estrutura da securitização, tais como garantias reais ou fidejussórias, subordinação ou coobrigação, assim como, se for o caso, a utilização desses mecanismos durante o período

- i) As debêntures contam com garantia real em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento:
- ii) De todas as obrigações relativas ao fiel, pontual e integral pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Remuneração das Debêntures, dos eventuais valores de resgate das Debêntures, amortização das Debêntures, Encargos Moratórios e demais encargos, relativos às Debêntures e à Garantia Real, se e quando devidos, seja na data de pagamento ou em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão e no Contrato de Garantia;
- iii) As demais obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Garantia, incluindo obrigações de pagar honorários, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Agente de Liquidação, ao Escriturador, à B3, ao Agente Fiduciário e demais prestadores de serviços envolvidos na Emissão e na Garantia Real; e
- iv) As obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas venham a desembolsar no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição e/ou manutenção da Garantia, bem como todos e quaisquer tributos e despesas judiciais e/ou extrajudiciais incidentes sobre a excussão da Garantia Real, nos termos do Contrato de Garantia, conforme aplicável, a Emissora outorgará, em benefício dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, dos direitos creditórios, presentes e futuros, nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário,

Amazonia Solar Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

provenientes: dos Direitos Creditórios Vinculados; da conta corrente de titularidade da Emissora exclusivamente associada a esta Emissão indicada no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, a qual recebe os valores efetivamente pagos pelos Devedores em razão do cumprimento das obrigações assumidas nos instrumentos constitutivos dos Direitos Creditórios Vinculados, cujos pagamentos são realizados por meio de boleto bancário emitido pela Solfácil; da conta corrente de titularidade da Emissora exclusivamente associada a esta Emissão indicada no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, para a qual são destinados os recursos referentes ao pagamento das CCBs e que recebe os Recursos após a conciliação que é realizada pela Emissora na Conta de Cobrança; e dos Investimentos Permitidos.

1.5 Riscos

O investimento nas Debentures envolve uma série de riscos que devem ser analisados independentemente pelo potencial Investidor. Esses riscos envolvem fatores de liquidez, crédito, mercado, rentabilidade, regulamentação específica, entre outros, que se relacionam tanto à Emissora quanto as próprias Debêntures objeto desta Emissão. O potencial investidor deve ler cuidadosamente todas as informações que estão descritas na Escritura, bem como consultar seu consultor de investimentos e outros profissionais que julgar necessários antes de tomar uma decisão de investimento. Estão descritos a seguir os riscos relacionados, exclusivamente, à Emissora, as Debêntures e à estrutura jurídica da presente Emissão:

Risco de Crédito da Emissora

Atrasos, falta de pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados à Emissora e outros eventos podem afetar negativamente a capacidade da Emissora de honrar as suas obrigações. A principal fonte de recursos da Emissora para efetuar o pagamento das Debêntures por ela emitidas decorre do pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados pelos respectivos Tomadores. Dessa forma, qualquer atraso ou falta de pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados à Emissora pode afetar negativamente a sua capacidade de honrar as obrigações assumidas junto aos Debenturistas, sendo que, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios Vinculados, a Emissora pode não dispor de quaisquer outros valores para efetuar a amortização e/ou o resgate das Debêntures.

Risco Operacional da Emissora

Adicionalmente, ainda que receba os Direitos Creditórios, a Emissora pode enfrentar problemas operacionais para efetivar o recebimento de tais créditos e o efetivo pagamento das Debêntures. Isso pode resultar no inadimplemento das Debêntures.

Riscos de Insuficiência da Garantia

No caso de inadimplemento das Debêntures por parte da Emissora, o Agente Fiduciário tem que iniciar o procedimento de execução judicial da Alienação Fiduciária e da Cessão Fiduciária. Não há como assegurar que a Emissora, quando executada, a Alienação Fiduciária e a Cessão Fiduciária serão suficientes para recuperar o valor necessário para amortizar integralmente as Debêntures. Caso isso ocorra os Debenturistas poderão ser afetados;

Risco de Vencimento Antecipado das Debêntures.

No caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora pode não ser capaz de realizar a amortização das Debêntures, e, com isso, a Emissora não terá recursos suficientes para pagar os investidores, o que poderá afetar negativamente os debenturistas.

Riscos de Mercado.

A Emissora, os Direitos Creditórios Vinculados, a Instituição Financeira Endossante e os respectivos Tomadores estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente nas políticas monetária, fiscal e cambial e, conseqüentemente, também na economia do País.

Amazonia Solar Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Autorização

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em cumprimento a instrução nº 60/21 e 476/09 da Comissão de Valores Mobiliários e atendem os propósitos específicos da referida instrução.

A Administração declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administradora na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi autorizada pela Diretoria da Emissora em 10 de março de 2023.

2.2 Bases de apresentação

As presentes demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Board (IASB).

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

2.4 Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente quando houver perspectiva consistente de sua realização.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um

Amazonia Solar Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.7 Provisões, ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

A Administração reconhece perdas quando existe evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber os valores devidos. O valor da perda esperada é a diferença entre valor contábil e o valor recuperável. Além da verificação da situação de inadimplência, são considerados outros fatores que possam interferir na análise sobre a capacidade de liquidação dos fluxos de caixa esperados para cumprimento das obrigações junto aos investidores.

A tabela de provisão para devedores duvidosos válida na Data de Emissão é a seguinte:

FAIXAS DE ATRASO	% PROVISÃO
Atraso entre 1 e 14 dias	0,00%
Atraso entre 15 e 30 dias	1,00%
Atraso entre 31 e 60 dias	3,00%
Atraso entre 61 e 90 dias	10,00%
Atraso entre 91 e 120 dias	30,00%
Atraso entre 121 e 150 dias	50,00%
Atraso entre 151 e 180 dias	70,00%
Atraso acima de 180 dias	100,00%

2.8 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados ao valor justo, ou mantido a custo amortizado.

a) Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócio no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa. Custo amortizado: é o valor pelo qual o ativo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. Estão classificados nesta categoria os créditos a receber e outros ativos. Valor justo: é o preço que

Amazonia Solar Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Estão classificados nesta categoria os Caixas e Equivalentes de Caixa.

b) Classificação e mensuração dos passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados a valor justo ou mantidos ao custo amortizado.

2.9 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.10 Demonstração do Valor adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) é elaborada e apresentada conforme de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 09 "Demonstração do Valor Adicionado", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.11 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

a) Resolução CVM 60 de 23 de dezembro de 2021.

Dispõe sobre as companhias securitizadoras de direitos creditórios registradas na CVM e que revoga as Instruções CVM nºs. 414, de 30 de dezembro de 2004, 443, de 8 de dezembro de 2006, 600, de 1º de agosto de 2018, e 603, de 31 de outubro de 2018. Entrada em vigor determinada para 2 de maio de 2022 e prazo de adaptação de 180 (cento e oitenta) dias subsequentes. A alteração não altera as obrigações trazidas pela CVM 476, mantendo-se o rol de atribuições e deveres à Companhia. Todas as alterações necessárias se iniciaram com a entrada em vigor e serão realizadas dentro do prazo disponível na Resolução.

2.12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável anual para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022
Bancos conta corrente	-
Aplicações financeiras	1.208
Total	1.208

As aplicações financeiras são automáticas e em certificados de depósito bancário que possuem liquidez imediata e taxa de remuneração de 100% do CDI. Conforme CPC 46, a aplicação financeira em questão é considerada nível 1 devido ao seu alto nível de liquidez.

4. EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

O saldo de empréstimos e recebíveis refere-se aos direitos creditórios adquiridos, elegíveis como lastro de operações de securitização de créditos financeiros originados, para fins da 1ª, 2ª e 3ª emissões de debêntures da Companhia.

Amazonia Solar Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4.1 Descrição das características dos direitos creditórios

Os recursos obtidos por meio da presente Emissão serão destinados para a aquisição de Cédulas de Crédito Bancário (“CCBs”) emitidas por pessoas físicas e jurídicas localizadas nos Estados da Região Norte interessados na aquisição e instalação de sistemas fotovoltaicos de energia solar, que podem ser: (i) conectados na rede de distribuição de energia elétrica da região em que forem instalados para envio da energia excedente produzida (“Sistemas On Grid”); ou (ii) sistemas isolados que não estão conectados à rede de distribuição da concessionária e que podem contar com baterias responsáveis por armazenar a energia excedente produzida (“Sistemas Off Grid”). As CCBs são originadas pela Solfácil, através da plataforma digital desenvolvida e mantida por ela, e devem atender aos Critérios de Elegibilidade (conforme definidos abaixo).

4.2 Critérios de elegibilidade

As CCBs devem ter, pelo menos, as seguintes características, a serem verificadas pela Emissora com base nas informações prestadas pela Solfácil:

- (i) o devedor pessoa física deve ser residente de um dos seguintes Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos e máxima de 63 (sessenta e três) anos na data de formalização da CCB;
- (ii) o coobrigado solidário de um Devedor pessoa jurídica deve ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos e máxima de 63 (sessenta e três) anos na data de formalização da CCB;
- (iii) o Devedor pessoa jurídica deve ter sede ou filial em um Estado da Região Norte e ter o CNPJ constituído com o mínimo de 2 (dois) anos na data de formalização da CCB.
- (iv) o preço de aquisição de uma CCB é de até 100,5% (cem inteiros e cinquenta centésimos por cento) do valor nominal da CCB;
- (v) o valor nominal máximo de uma CCB será de até R\$ 200;
- (vi) o valor nominal máximo de Direitos Creditórios Vinculados por Devedor é de até R\$ 200;
- (vii) o prazo de carência para início do pagamento das parcelas de cada CCB deverá ser de, no máximo, 6 (seis) meses;
- (viii) o prazo de cada CCB na modalidade de Sistema On-Grid deve ser de, no máximo, 150 (cento e cinquenta) meses;
- (ix) o prazo de cada CCB na modalidade de Sistema Off-Grid deve ser de, no máximo, 66 (sessenta e seis) meses;
- (x) as CCBs na modalidade de Sistema On-Grid com prazo superior a 126 (cento e vinte e seis) meses não podem representar mais de 10% (dez por cento) do valor total dos Direitos Creditórios Vinculados;
- (xi) a partir de uma carteira de R\$ 10.000 de Direitos Creditórios Vinculados, o prazo médio ponderado de vencimento das CCBs na modalidade de Sistema On-Grid é de, no máximo, 100 (cem) meses, incluindo o prazo de carência de cada CCB;
- (xii) a partir de uma carteira de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) de Direitos Creditórios Vinculados, o prazo médio ponderado de vencimento das CCBs na modalidade de sistema Off-Grid é de, no máximo, 50 (cinquenta) meses, incluindo o prazo de carência de cada CCB;
- (xiii) as CCBs na modalidade de Sistema On-Grid são remuneradas por taxas de juros distintas que, em agregado e considerada a aquisição *proforma*, devem projetar fluxos financeiros para a Emissora com uma Taxa Interna de Retorno (“TIR”) média mínima correspondente à variação acumulada anual do IPCA acrescida de uma sobretaxa de 11,40% a.a. (onze inteiros e quarenta centésimos por cento ao ano);

Amazonia Solar Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (xiv) as CCBs na modalidade de Sistema Off-Grid são remuneradas por taxas de juros distintas que, em agregado e considerada a aquisição *proforma*, devem projetar fluxos financeiros para a Emissora com uma TIR média mínima correspondente à variação acumulada anual do IPCA acrescida de uma sobretaxa de 10,80% a.a. (dez inteiros e oitenta centésimos por cento ao ano);
- (xv) os Direitos Creditórios Vinculados atrelados à modalidade de Sistema Off-Grid não representam mais de 15% (quinze por cento) do total dos Direitos Creditórios Vinculados;
- (xvi) as CCBs contam com garantia de alienação fiduciária sobre os equipamentos do Sistema Fotovoltaico, observado que o registro nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos do instrumento constitutivo da alienação fiduciária dos Equipamentos pode ser realizado em momento posterior, como medida preparatória para eventual execução da garantia, pela Solfácil, na qualidade de agente de cobrança;
- (xvii) as CCBs não podem estar vencidas e/ou pendentes de pagamento na data de seu respectivo endosso para a Emissora;
- (xviii) as estruturas de fixação dos sistemas fotovoltaicos financiados pelas CCBs terão que ser de origem nacional, nos termos definidos no Contrato de Promessa de Endosso firmado entre a Emissora e a Solfácil, conforme abaixo definido;
- (xix) no caso dos Sistemas Off-Grid, as baterias financiadas pelas CCBs devem ser de origem nacional; e
- (xx) o valor dos serviços de instalação dos sistemas fotovoltaicos financiados pelas CCBs deve corresponder a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do valor total do sistema adquirido pelo Devedor.

4.3 Composição dos recebíveis

	31/12/2022	31/12/2021
Carteira de crédito 1ª Emissão ⁽ⁱ⁾	16.016	-
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(2)	-
Total	16.014	-

- (i) A carteira de crédito é cedida em sua totalidade pela Solfácil Energia Solar Tecnologia e Serviços Financeiros LTDA., a taxa de juros média da operação em 2022 foi de 1,93% ao mês.

4.4 Movimentação dos empréstimos e recebíveis

	1ª Emissão
Saldo inicial 31/12/2021	-
(+) Aquisição	16.548
(-) Recebimento	(593)
(+) Juros	576
(-) Provisão para perda de crédito esperada	(2)
(-) Cancelamentos ⁽ⁱ⁾	(515)
Saldo final 31/12/2022	16.014

- (i) Caso, até o Prazo de Subscrição e Integralização, as Debêntures não tenham sido totalmente subscritas e integralizadas, o eventual saldo de Debêntures será cancelado pela Emissora, sem a necessidade de realização de deliberação societária da Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas.

Amazonia Solar Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4.5 Composição dos recebíveis por faixa de vencimento

Direitos Creditórios a vencer	Carteira	Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)	Total
A vencer até 30 dias	236	-	236
A vencer de 31 a 60 dias	330	-	330
A vencer de 61 a 90 dias	360	-	360
A vencer de 91 a 180 dias	1.120	-	1.120
A vencer de 181 a 360 dias	2.115	-	2.115
A vencer acima de 360 dias	11.842	(2)	11.842
Vencidos até 30 dias	11	-	11
Vencidos de 31 a 60 dias	1	-	-
Total dos direitos creditórios	16.016	(2)	16.014
Saldo curto prazo	4.174	-	4.174
Saldo longo prazo	11.842	(2)	11.840

4.6 Redução ao valor recuperável dos empréstimos e recebíveis

Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

4.7 Eventos de pré-pagamento ocorridos durante o exercício e o impacto sobre o resultado do Companhia, o pagamento dos valores devidos e a rentabilidade dos investidores

Durante o exercício não ocorreram eventos de pré-pagamento.

4.8 Informações sobre a aquisição substancial ou não dos riscos e benefícios da carteira, incluindo, a metodologia adotada pela emissora para a definição dessa avaliação, os valores dos direitos creditórios adquiridos com ou sem retenção substancial de riscos e, para os direitos creditórios adquiridos sem retenção substancial de riscos, a segregação dos valores por entidade que reteve substancialmente os riscos e benefícios

Não há aquisição substancial de riscos e benefícios da carteira. A aquisição substancial de riscos e benefícios da carteira, ocorrem por parte dos titulares de cada série, seguindo a subordinação prevista no instrumento de escritura da emissão, conforme aplicável.

5. CONTAS A PAGAR

	31/12/2022	31/12/2021
Assessoria Contábil	7	3
Outros serviços prestados	34	1
Total	41	4

São serviços contratados pela Companhia: (a) Assessoria Contábil, realizada pela Contábil Guararapes S/S Ltda., responsável técnico pelo atendimento das obrigações contábeis e fiscais; (b) Auditoria, em respeito às determinações da IN CVM nº 476/09 e da IN CVM 60/21, submetendo suas demonstrações contábeis a auditoria, por auditor registrado na CVM, atualmente Grant Thornton Auditores Independentes; (c) Outros, incluem agências de publicidade que realizarão a diagramação e publicação das demonstrações contábeis quando exigido por Lei.

Amazonia Solar Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. DEBÊNTURES

6.1 Condições da escritura

O valor total da Emissão é de R\$ 60.000, na Data de Emissão (conforme definido abaixo), sendo: (i) R\$ 57.000 referentes às Debêntures da Primeira Série; e R\$ 3.000 referentes às Debêntures da Segunda Série. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão é de R\$ 1.

As Debêntures da Segunda Série são subordinadas às Debêntures da Primeira Série no recebimento de todos e quaisquer valores a que os titulares das Debêntures da Primeira Série façam jus, inclusive na hipótese de vencimento antecipado ou resgate antecipado

As Debêntures da Segunda Série serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela Solfácil e podem ser negociadas ou transferidas: (i) livremente, para sociedades integrantes do grupo econômico da Solfácil; ou (ii) mediante o consentimento prévio da maioria dos titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.2 Remuneração

O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, é atualizado, a partir da Primeira Data de Integralização, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado ("IPCA"), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), até a data do efetivo pagamento, sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso.

As Debêntures da Primeira Série fazem jus a uma remuneração correspondente a 7,22% (sete inteiros e vinte e dois centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série, incorporação de juros ou a última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, e paga ao final de cada Período de Capitalização calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos.

As Debêntures da Segunda Série fazem jus a uma remuneração correspondente a 7,22% (sete inteiros e vinte e dois centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série, incorporação de juros ou a última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, e paga ao final de cada Período de Capitalização, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos.

6.3 Cronograma de pagamentos

Os pagamentos de Remuneração são realizados pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, mensalmente, a partir de 18 de março de 2022, sempre no 18º (décimo oitavo) dia ou próximo dia útil subsequente e encerrando-se na Data de Vencimento.

6.4 Principais direitos políticos inerentes de cada classe de certificado

Os titulares das Debentures podem, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de debenturistas convocada de acordo com a disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das Debentures ("Assembleia Geral de Debenturistas"). As Assembleias Gerais de Debenturistas devem ser realizadas de forma presencial, podendo ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio, desde que assim permitido pela legislação aplicável.

Aplicar-se-á a Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, as disposições da Lei das Sociedades por Ações aplicáveis as assembleias gerais de acionistas. Assim, nos termos do

Amazonia Solar Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

artigo 124, §40 da Lei das Sociedades por Ações, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem a totalidade dos Debenturistas.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, não houve deliberações.

6.5 Movimentação das obrigações com Debêntures

	Total
Saldo inicial em 31/12/2021	-
(+) Integralização	17.186
(+) Juros Incorridos	631
(-) Provisão de remuneração aos debenturistas	(609)
Saldo final em 31/12/2022	17.208

6.6 Composição de obrigações com debêntures por faixa de vencimento

	Total
A vencer 0 a 30 dias	-
A vencer 31 a 60 dias	-
A vencer 61 a 90 dias	1.024
A vencer 91 a 120 dias	139
A vencer 121 a 150 dias	140
A vencer 151 a 180 dias	140
A vencer 181 a 360 dias	838
A vencer acima de 361 dias	15.536
Saldo curto prazo	2.281
Saldo longo prazo	15.536
Total das debêntures	17.817
(-) Provisão para remuneração dos debenturistas	(609)
(=) Total Líquido	17.208

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1 Capital Social

O capital social subscrito e totalmente integralizado, da Amazonia Solar Securitizadora de Créditos Financeiros, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 5, divididos em 5 (cinco mil) ações ordinárias integralmente integralizadas. Das quais 4.999 (quatro mil novecentos e noventa e nove) pertencem a VERT Participações LTDA. e 1 (uma) pertence a VERT Créditos LTDA.

7.2 Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como resultado da destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não pode exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente pode ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Não houve nenhuma constituição de reservas durante o período apresentado.

7.3 Resultados de exercício

Os resultados de exercício obtidos constituirão reservas até seus limites legais, conforme item 7.2, ou serão convertidos em ações ordinárias no Capital Social quando acima dos limites possíveis de constituição de reservas.

8. DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	31/12/2022	31/12/2021
Assessoria Contábil	(22)	(3)
Consultoria	(344)	-
Agente Fiduciário	(61)	-
Despesas legais e judiciais	(80)	-
Agenciamento corretagem e intermediação	(82)	(1)
Impostos e Taxas	(36)	(1)

Amazonia Solar Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Perda de crédito esperadas	(2)	-
Provisão para Remuneração dos Debenturistas	604	-
Total	(23)	(5)

Classificados como:

Despesas gerais e administrativas	(625)	(5)
Provisão para perda de crédito esperada	(2)	-
Provisão para Remuneração dos Debenturistas	604	-
Total	(23)	-

Os serviços contábeis são contratados por valores mensais pré-fixados. Os serviços de auditoria são contratados para serviços anuais e cobrados conforme Contrato de Prestação de Serviços. Consultoria são contratações para a gestão dos direitos creditórios e do movimento da debênture. Impostos e taxas são relativos à taxa de fiscalização e são cobradas anualmente pelos órgãos públicos e reguladores (CVM e Prefeitura Municipal).

9. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é composto por receitas auferidas por aplicações em certificados de depósitos bancários, deduzidos das despesas de juros com emissões e despesas financeiras incorridas nos exercícios de 2022 e 2021.

	31/12/2022	31/12/2021
Juros sobre debêntures	(631)	-
Juros sobre direitos creditórios	576	-
Rendimento de aplicações financeiras	103	-
Outras despesas financeiras	(25)	-
Resultado Financeiro Líquido	23	-
Classificados como:		
Receitas Financeiras	679	-
Despesas Financeiras	(656)	-
Resultado Financeiro Líquido	23	-

10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2022 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

11. PARTES RELACIONADAS

Não ocorreram transações envolvendo partes relacionadas no período findo em 31 de dezembro de 2022.

12. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Não houve a contratação de agência classificadora de risco para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

13. OUTROS ASSUNTOS

a) Impactos do COVID-19

Em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020 da CVM, a Companhia analisou e não identificou quaisquer alterações significativas na operação. Os possíveis impactos econômicos esperados foram devidamente amenizados com intensificação de cobrança dos recebíveis, além de revisão dos cálculos de provisão para perdas que foram ajustados para que possam demonstrar os efeitos de inadimplência considerando os impactos do COVID-19 na elaboração das informações contábeis. Ainda sob os possíveis efeitos da redução ao valor recuperável nas

Amazonia Solar Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

informações contábeis, estes decorrem da perda estimada e incorrida por parte do devedor da operação, tendo sua contrapartida direta o valor presente das obrigações com investidores da securitização.

Assim, no contexto das operações de securitização, não há riscos de créditos que possam ser assumidos no âmbito da Companhia e conseqüentemente, sobre suas informações contábeis intermediárias.

A Administração revisou os possíveis impactos e concluiu que não existe ajustes ou considerações a serem realizadas nas informações contábeis findas em 31 de dezembro de 2022.

14.RELAÇÃO COM AUDITORES

A empresa de auditoria independente por nos contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa.

15.EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreu nenhum evento subsequente até a data de emissão das informações contábeis intermediárias que requeressem divulgação.